

O TEXTO: UMA AUTORIDADE AMEAÇADA?¹

THE TEXT: AN AUTHORITY UNDER THREAT?

Dominique Maingueneau ²

Universidade Paris IV-Sorbonne

Thiago Barbosa Soares (Trad.)

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este artigo aborda a questão das relações entre texto e universo digital, considerando o que, no funcionamento da web, ameaça a “autoridade constitutiva” de que o texto tradicionalmente se beneficia. Começa-se por lembrar em quais propriedades se baseia essa autoridade; o que permite destacar a diferença entre os textos e os “webtextos”, ou seja, os textos que são produções nativas da web. A atenção volta-se, em seguida, para uma prática característica da web 2.0, a saber, os comentários que os internautas podem adicionar aos artigos publicados online nos grandes sites de notícias. Esses artigos de jornalistas estão sujeitos a um triplo descentramento: são pontos de encontro e não unidades autônomas, são objetos manipuláveis pelo internauta e são indissociáveis dos comentários, com os quais formam uma totalidade problemática. A argumentação é ilustrada pelo estudo de um corpus extraído dos comentários associados a um artigo sobre política francesa publicado no site do Figaro. Sua análise permite evidenciar uma assimetria multifacetada e uma tensão entre os “locutores” dos artigos e os “infralocutores” que são os autores dos comentários, entre a textualidade dos artigos e a desses comentários, entre duas encenações da enunciação. Mas, apesar da considerável distância que se abriu entre webtextos e textos, é difícil, por enquanto, imaginar um além do texto: um webtexto ainda se apresenta como um texto, mesmo que a web minem suas bases.

Palavras-chave: Textualidade, texto, autoridade constitutiva, web, comentários.

Abstract: This article addresses the issue of the relationship between text and the digital universe, considering what, in the functioning of the web, threatens the "constitutive authority" that text traditionally benefits from. It begins by recalling the properties on which this authority is based; this allows us to highlight the difference between texts and "webtexts," that is, texts that are native web productions. Attention then turns to a characteristic practice of Web 2.0, namely, the comments that internet users can add to articles published online on major news websites. These journalistic articles are subject to a triple decentering: they are meeting points and not autonomous units, they are objects manipulable by the internet user, and they are inseparable from the comments, with which they form a problematic totality. The argument is illustrated by the study of a corpus extracted from the comments associated with an article on French politics published on the Figaro website. Their analysis reveals a multifaceted asymmetry and tension between the "speakers" of the articles and the "infra-speakers" who are the authors of the comments, between the textuality of the articles and that of these comments, between two enactments of enunciation.

¹ Este texto é uma tradução, feita pelo professor Thiago Barbosa Soares (UFT/CNPq), do original “Le texte: une autorité menacée?” de Dominique Maingueneau, publicado na revista *Le Français moderne*, volume 90, pelas edições CILF, cujo link de acesso é: <https://www.payfacile.com/le-francais-moderne/s/dominique-maingueneau-le-texte-une-autorite-menacee>.

² Professor de Linguística no Departamento de Língua Francesa da Universidade Paris IV-Sorbonne, pesquisador pelo CÉDITÉC (Centro de Estudos do Discurso, Imagens, Textos, Escritos, Comunicações) e membro do Institut Universitaire de France. Email: dominique.maingueneau@sorbonne-universite.fr.

But, despite the considerable distance that has opened up between webtexts and texts, it is difficult, for now, to imagine something beyond the text: a webtext still presents itself as a text, even if the web undermines its foundations.

Keywords: Textuality, text, constitutive authority, web, comments.

Autor convidado

Introdução

O contraste entre o tipo de textualidade a que nos acostumaram a escrita e, posteriormente, a imprensa, e os recursos que as tecnologias digitais oferecem nesse campo é tal que é impossível não nos perguntarmos “em que sentido ainda existe texto nos suportes digitais?” (Jeanneret et al., 2003, p. 93). Essa questão conduz naturalmente a trabalhos realizados sob uma perspectiva da linguística textual. Por minha parte, adotarei uma perspectiva de análise do discurso, interessando-me pelos efeitos da web sobre as condições que tornam possível o que poderíamos chamar de autoridade constitutiva do texto.

Ao fazer isso, estou plenamente ciente de que estou restringindo o uso do termo “texto”. Outra opção seria, como propõe J.-M. Adam, dissolver a distinção entre texto e textualidade, enfraquecer a diferença entre os universos digital e não digital ao elaborar

uma definição de texto que leve em conta não apenas as formas textuais próprias da escrita e próprias da oralidade, mas também a inserção de módulos icônicos tanto na escrita (icono-textos) quanto como componentes de certas interações orais (suportes icônicos que acompanham uma conferência, um curso ou um programa de televisão); uma definição que leve em conta a forma como o textual gere os regimes sêmio-midiológicos. Como separar radicalmente texto e textual se as páginas dos jornais (especialmente as primeiras páginas), as páginas das revistas, dos manuais e das enciclopédias apresentam cada vez mais semelhanças com os dispositivos fragmentados das telas digitais? (Adam, 2020, p. 10).

Uma tal polivalência do termo “texto” se justifica sem dúvida se trabalharmos de um ponto de vista da linguística textual, mas minha perspectiva me leva a distinguir texto e textualidade, a considerar que a noção de texto, diferentemente da de textualidade, não está aberta a todos os tipos de atividades comunicacionais.

1. Do texto ao textual

Se não levarmos em conta a comunicação digital, a textualidade aparece estruturada em torno de dois grandes modelos:

- O da oralidade conversacional, onde os parceiros não podem apreender globalmente e de fora a atividade na qual estão engajados. Na ausência de fortes restrições genéricas que regulariam o encadeamento das intervenções, o controle da interação é constantemente negociado entre os participantes.

- O de uma textualidade monologal, escrita ou oral, onde o locutor controla o desenvolvimento de sua enunciação.

Essa dupla polaridade é compatível com toda uma gama de situações intermediárias, por exemplo, as interações orais que se podem chamar de “quadro” no qual, à diferença das interações conversacionais, os interlocutores assumem papéis dentro de um dispositivo coercitivo. Pode-se pensar, por exemplo, em programas de televisão nas quais as intervenções são geridas por um moderador que busca se conformar ao roteiro do programa.

Mas, assim que se fala em texto e não em textualidade, uma divergência surge. Não é usual dizer que uma interação oral é um texto; o que não exclui, no entanto, que se extraiam dela pedaços apreendidos como textos. Nada obriga, evidentemente, o linguista a levar em conta o uso; ele pode definir o texto como quiser, mas me parece que aqui o uso tem um interesse empírico, que é revelador de um funcionamento.

O texto é comumente considerado uma realidade fundamentalmente monologal onde o que não é da ordem do verbal – em particular os elementos icônicos – é relegado a segundo plano. É uma unidade comunicacional autônoma, que pertence a um gênero de discurso; quando faz parte de uma unidade mais vasta, esta também é de natureza verbal: uma enciclopédia, uma revista, uma coletânea de poemas... Tal representação se apoia nas propriedades da escrita. Somente a escrita permite, de fato, apreender uma sequência de frases de fora, como uma totalidade fixada em um objeto que se pode transmitir, comentar, reescrever, armazenar (Ong, 1982). Aos efeitos da escrita somaram-se os da imprensa, que acentuou “a fixidez e o fechamento estrutural” (Adam; Viprey, 2009, p. 8). A noção de texto passa então a poder designar duas realidades bem diferentes: uma inscrição em um suporte cuja materialidade depende dos recursos tecnológicos disponíveis na época considerada, mas também uma idealidade, independente de tal ou qual suporte físico particular. O sintagma nominal “este texto de Stendhal” pode assim remeter a um objeto particular, este livro de bolso, ou à obra apreendida fora de sua existência material: “um texto de grande profundidade”, “um texto que se comenta há

dois séculos”... Como mostraram inúmeros trabalhos, essa identidade de um texto consigo mesmo para além de suas inscrições históricas é ilusória, mas ela informa profundamente a relação de nossa cultura com o texto.

Além disso, o texto está situado no espaço social. Ele é reportado a um tipo e a um gênero de discurso, é referido a uma responsabilidade enunciativa. Quando impresso, está ancorado em uma empresa editorial designada a um lugar. Pode-se objetar que não faltaram textos clandestinos, anônimos ou pseudônimos, atribuídos a lugares de edição fantasiosos, mas seu distanciamento da norma era constitutivo de sua identidade.

Finalmente, o texto não é considerado um simples arranjo de signos, mas como indissociável de uma ética, da constituição de uma subjetividade de pleno direito: deve-se aprender a fazer textos, que podem ser mais ou menos bem-sucedidos. Predomina no universo escolar a ideia de que é preciso ensinar os alunos a produzir textos bem articulados, unificados por um ponto de vista e que isso é uma condição para se tornarem verdadeiros cidadãos. Como, por outro lado, uma boa parte do patrimônio cultural é constituída de “grandes textos” cuja leitura supostamente nos permite colocar em distância nosso ambiente imediato, o texto se encontra no centro da cultura.

Com o desenvolvimento massivo de produções digitais nativas, essa configuração é posta em causa. Na França, uma massa considerável de trabalhos, que se reivindicam em grande parte das ciências da informação e da comunicação (Souchier, 1996, 2004; Jeanneret; Souchier, 2005; Barats [org.], 2012), às vezes da análise do discurso (Paveau, 2015, 2017), empenhou-se em sublinhar a especificidade das produções digitais. Basta, de fato, ir aos sites mais frequentados da web para ver aparecer algo que está muito longe do texto canônico: um mosaico de módulos heterogêneos de natureza verbal ou não verbal: diagramas, publicidades, listas de frases, de fotos, slogans, títulos, vídeos, textos e fragmentos de textos, comentários... Esses módulos não são apenas unidades de sentido a interpretar, eles são frequentemente associados a diferentes tipos de instruções, manipuláveis. Recorreu-se assim ao termo *têxtil*³ (Souchier; Jeanneret; Marec [orgs.], 2003). Coloca-se, então, um problema terminológico: dificilmente se pode ignorar a existência, na web, de unidades que se apresentam como textos (por exemplo, um artigo no site de tal jornal), ainda que eles estejam inseridos em um novo sistema. Como os termos “*têxtil*” e “*tecnodiscurso*” são pouco especificados, para contornar a dificuldade

³ No original *textiel*, de origem neerlandês (holandês), que significa “têxtil” em português. A tradução mante-se fiel ao significado já que esse, relativo a tecidos/fabricação de tecidos, é bastante consequente com seu tratamento no corpo do artigo (nota do tradutor).

distinguirei “texto” (fora da web ou apenas digitalizado) e “webtexto” quando se tratar de uma unidade da web.

Os módulos de todos os tipos que aparecem na tela têm uma relação com a iconicidade muito diferente daquela dos textos. Certamente, estes últimos se inscrevem em páginas, fazem imagem, mas tendem em geral a reduzir essa dimensão a um papel ancilar: “através de seu discurso de acompanhamento, negando a dualidade linguística e icônica que a constitui, a tipografia se colocou a serviço do verbo, desculpando-se por ser também imagem” (Souchier, 1998, p. 140-141). Em contrapartida, o têxtil multiplica os elementos icônicos, e na tela todos os módulos, inclusive os verbais, fazem imagem, eles são inseridos em arranjos concebidos em função dos percursos dos internautas. Diferentemente das “hiperestruturas” (Grosse; Seibold, 1996; Adam; Lugin, 2000) das revistas, que formam totalidades estabilizadas que o olhar pode dominar, o textual oferece ao olhar uma espécie de fluxo icônico do qual só se pode perceber um fragmento de cada vez: capturar uma tela não é capturar uma página. Além disso, está-se longe da copresença duradoura dos componentes de um texto, já que os módulos podem ser modificados a qualquer instante. De modo que a qualquer elemento extraído da web se deve associar o dia, e até a hora e o minuto em que o internauta teve acesso a ele.

Na web, o internauta pode, certamente, isolar um módulo e tentar lê-lo como um texto tradicional, mas a lógica da web é ir de link em link, fabricar o que ele “lê”. É assim posta em questão uma suposição que está no coração do humanismo tradicional: a relação entre dois Sujeitos, um leitor e um autor, através de um texto que já está lá. O que se substitui é uma colocação em relação generalizada, num espaço indefinidamente aberto, constituído de sites que são arranjos coletivos.

Na web, de qualquer forma, é difícil colocar o autor no centro do espaço destinado à leitura. Os textos da web estão imersos em um mosaico de unidades cuja autoria é problemática: quem é o autor de um gráfico, de um vídeo incorporado, dos resultados de uma partida em tempo real, das listas de informações...? Quem são os autores das diversas camadas de software que regulam o funcionamento de todo o site? Além disso, mesmo quando se pode atribuir a responsabilidade de um texto na web a um indivíduo designado por um nome próprio, este não pode ter o prestígio de um “autor”, como é o caso da mídia impressa, que se baseava na escassez. É verdade que, antes da existência da Internet, não se deixava de lamentar o número excessivo de publicações, mas, no fim das contas, os textos oferecidos ao público representavam apenas uma proporção ínfima de tudo o que poderia ser escrito. Quando há uma “publicação” na Internet, vemos desaparecer dois

tipos de intermediários: a) as instituições que filtram drasticamente o acesso à publicação e a conformidade dos textos com diversas normas compartilhadas por todos os atores desse meio restrito, b) os profissionais da impressão, que utilizam uma tecnologia complexa e cara, fora do alcance dos escritores comuns.

Com o desaparecimento desse duplo filtro, as redes digitais fervilham de enunciados que podemos chamar de “aproximados”, que não estão sujeitos a um código coletivo. Consideremos, por exemplo, este comentário que acompanha um artigo dedicado à arqueologia antiga; ele aparece em um site de notícias muito visitado⁴, e, portanto, suscetível de ser lido por um número considerável de pessoas.

Além do consumo alimentar, o azeite era usado para unção em toda a região do Mediterrâneo: os atletas de Olímpia se ungiam, as belas damas passavam azeite nos cabelos, e as palavras Cristo e Messias significam “ungido (com azeite) por deus”, respectivamente em grego e em hebraico. O azeite francês vendido nos mercados da Provença é, em geral, espanhol. (Théodule Grafougnasse, em 21/11/2020 às 10h05)⁵.

Este texto parece bem informado e é evidentemente um texto formal. Mas uma leitura mais atenta revela um relaxamento das normas de expressão. Primeiro, no que diz respeito à composição: o autor passa, sem qualquer transição, da Antiguidade para a origem do azeite vendido hoje nos mercados da Provença. Também no que diz respeito à ortografia: notam-se vírgulas mal colocadas, a ausência de aspas ou itálico em “Messias” e “Cristo”, a ausência de maiúscula na inicial de “Deus”, maiúsculas incorretas na inicial de “grego” e “hebraico”, a presença de uma maiúscula após os dois pontos. Como a ortografia lexical e a sintaxe são impecáveis, pode-se supor que as liberdades tomadas em relação à norma se devem à web.

Não foi sem motivo que citei um comentário, prática característica da web 2.0. Esse tipo de enunciado prolifera em blogs e redes sociais, mas também em um grande número de sites, especialmente os de jornais, que oferecem aos internautas a possibilidade de comentar seus artigos. É a relação entre esses comentários e os artigos que chamará agora nossa atenção; trata-se, de fato, como veremos, de um objeto privilegiado para

⁴ Em janeiro de 2021, em termos de tráfego, este site do *Figaro* ocupava a segunda posição entre todos os sites francófonos: 183.119.758 visitas (dados fornecidos pela Alliance Pour les Chiffres de la Presse et des Médias (<https://www.acpm.fr/Les-chiffres/Frequentation-internet/Sites-Grand-Public/Classement-unifie>; consultado em 5/2/2021).

⁵<https://www.lefigaro.fr/culture/une-huile-d-olive-vieille-de-2000-ans-analysee-par-des-historiens-italiens-20201121>; o artigo, sem assinatura, intitula-se “Um azeite com 2.000 anos analisado por historiadores italianos”; publicado em 21/11/2020 às 7h00; consultado em 22/11/2020).

estudar a tensão entre o texto e o funcionamento da web do ponto de vista do que chamei de autoridade constitutiva do texto.

2. Os comentários

M.-A. Paveau (2017, p. 35-55) define o comentário como “um tecnodiscurso secundário produzido num espaço dedicado, com restrições escriturais e enunciativas, no seio de um ecossistema digital conectado” (2017, p. 40). Ela atribui-lhe diversas propriedades: 1) trata-se de uma enunciação pseudônima; 2) é um espaço de “relacionalidade”, que incorpora um certo número de metadados; 3) é produzido em “um quadro conversacional”, mas sem sequências de abertura e de encerramento e com a possibilidade de recursividade infinita (é possível comentar comentários); 4) implica um “aumento enunciativo e discursivo [...] a partir de um tecnodiscurso primário” (2017, p. 43): ele “não se limita a acrescentar conteúdo, mas prolonga o texto primário” (2017, p. 32) e tem “um impacto semântico sobre o texto, orientando sua leitura e, portanto, sua produção de sentido” (p. 43-44); nessas condições, “o conjunto forma um todo discursivo ampliado”³; 5) o comentário é “público e visível”.

Essa caracterização muito geral, no entanto, não leva em conta a heterogeneidade das práticas abrangidas por esse conceito de comentário. Os comentários de artigos jornalísticos, por exemplo, diferem consideravelmente daqueles estudados por I. Mayeur (2020) nos blogs de pesquisa em ciências humanas e sociais do site *Hypothèses*. Baseados em um “imaginário da conversa científica” (2020, p. 21), estes últimos fazem parte de uma abordagem colaborativa e implicam uma dupla simetria: entre o texto comentado e o comentário (ambos se apresentam como enunciados que, fora da web, seriam textos canônicos ou formariam com o texto comentado uma verdadeira troca), mas também entre os parceiros (os comentaristas se comportam como membros de uma mesma comunidade). Não é de forma alguma esse tipo de comentário que prevalece na web, e em particular nos sites jornalísticos.

Por natureza, estes últimos assentam numa assimetria que se pode caracterizar em termos de oposição entre um «discurso vernáculo» e um “discurso institucional” (Howard, 2005); L. Calabrese insiste assim na nova “distribuição de papéis discursivos na esfera pública” (2014, p. 1) que isso implica: “*o empoderamento dos agentes comuns*” tem como efeito a criação de “uma realidade mista” (2014, p. 19). Abordamos essa assimetria, por nossa vez, sob um ângulo diferente, o de um movimento mais amplo de “descentramento” do texto do qual esses comentários fazem parte.

Nestas afirmações, “a emoção e a informação coexistem” (Calabrese, 2014, p. 29), em proporções variáveis dependendo do tema do artigo. Quando se trata de política, a parcela de pathos é particularmente grande, como se pode ver no exemplo que vamos analisar: um artigo de 35 linhas intitulado

“Mélenchon perdeu sua estatura de candidato à presidência em apenas três anos”; assinado por Pierre Lepelletier, foi publicado no site do *Figaro* em 24 de setembro de 2020. Mas, do ponto de vista que nos interessa aqui, o fato de a parcela de pathos ser significativa não altera fundamentalmente a situação: quer um leitor corrija, em tom neutro, tal informação veiculada pelo artigo, quer ele ridicularize a incompetência do jornalista, suas afirmações se inscrevem no mesmo dispositivo.

O artigo do *Figaro* resume de maneira relativamente neutra uma pesquisa realizada pelo IFOP. Mas, como trata de um político que evidentemente não conta com a simpatia da maioria dos visitantes desse site⁶, ele suscitou numerosos comentários (626 em 31/11/2020). Meu corpus retém apenas os 100 primeiros⁷.

Aqui está o início desse artigo:

Mélenchon a perdu sa stature de présidentiable en à peine trois ans

Si 46% des Français estimaient que le chef des Insoumis avait «la stature d'un président de la République» en avril 2017, ils ne sont plus que 22% à le penser. L'épisode des perquisitions à l'automne 2018 lui a été fatal.

Par **Pierre Lepelletier**

Publié le 24 septembre 2020 à 11:57, mis à jour le 24 septembre 2020 à 19:02



Jean-Luc Mélenchon, le chef de file de La France Insoumise. CHARLES PLATIAU / REUTERS

Le chemin vers 2022 sera long pour Jean-Luc Mélenchon. S'il doit tenter une troisième fois sa chance à l'élection présidentielle, le chef des Insoumis va devoir reconquérir l'opinion. Son image de présidentiable a été sérieusement amochée depuis sa dernière campagne présidentielle, en 2017. Selon une enquête IFOP publiée jeudi 24

Mélenchon a perdu sa stature de présidentiable en à peine t...

Imprimer

Partager

630 commentaires

⁶ Mélenchon é um político de extrema esquerda e o jornal “Le Figaro” é de direita.

⁷ De um ponto de vista cronológico, os “primeiros” comentários são, na verdade, os últimos.

Fonte: (<https://www.lefigaro.fr/politique/melenchon-a-perdu-sa-statue-de-presidentiable-en-a-peine-trois-ans-20200924>).

Transcrevo aqui o lead, que resume o propósito:

Se 46% dos franceses consideravam que o líder dos Insoumis tinha “a estatura de um presidente da República” em abril de 2017, eles são apenas 22% a pensar isso. O episódio das buscas no outono de 2018 lhe foi fatal.

À primeira vista, este artigo apresenta as mesmas características que num jornal impresso. Pertence a um gênero estabilizado pela instituição jornalística e sua composição está conforme as normas da área. Percebem-se, no entanto, traços que não pertencem ao universo pré-digital, traços que o tornam um webtexto: 1) a indicação da hora exata da publicação (11:57) e a menção de uma “atualização” às 19:02, que indica que o texto original foi modificado; 2) a presença no texto de hiperlinks identificáveis pelo sublinhado de certas palavras: nas cinco linhas que a captura de tela mostra, encontram-se dois (“terceira vez que tenta a sorte” e “IFOP”); 3) botões – visíveis na captura de tela – que permitem imprimir o artigo, compartilhá-lo por e-mail, no Facebook ou no Twitter, abrir numa janela distinta a totalidade dos comentários, cujo número é constantemente atualizado; uma vez aberta essa janela, novos botões aparecem: “Escrever um comentário”, e abaixo de cada comentário “Responder”, “Denunciar”; 4) a inserção entre o artigo e os comentários de um vídeo de 37 segundos: “VEJA TAMBÉM - Presidencial 2022: 'Eu tomaria [sic] minha decisão em outubro' anuncia Jean-Luc Mélenchon”. Depois que o internauta assiste a este vídeo, uma mensagem o incita a continuar: “Mais vídeos no portal Figaro Live”, portal ao qual se pode acessar imediatamente clicando no endereço fornecido logo abaixo; 5) ao final do artigo, a presença de um link para outro webtexto, acessível com um clique: “A redação recomenda Jean-Luc Mélenchon se coloca como opositor às 'guerras de Religião”.

O artigo está, assim, submetido a um duplo descentramento. Por um lado, encontra-se na encruzilhada de uma rede; o internauta pode a qualquer momento bifurcar, ativar hiperlinks para ler outros enunciados ou assistir a vídeos. Por outro lado, não é mais uma unidade que se oferece à leitura e sobre a qual não se tem controle, mas um objeto que o internauta pode manipular com a ajuda de vários botões. Ele não se apropria disso apenas como um texto, mas como o suporte de um traçado de leitura. A esses dois descentramentos acrescenta-se um terceiro, que resulta da existência de um espaço

dedicado aos comentários: o internauta não lê um texto, mas a relação desse texto com comentários, aos quais ele pode eventualmente adicionar o seu. Estamos longe da situação que prevalece na imprensa escrita, no rádio ou na televisão, onde a palavra do jornalista é irrecorrível.

O artigo comentado, por sua vez, está submetido a múltiplas restrições, que são formuladas e ensinadas nas escolas de jornalismo. Assinado por um jornalista e colocado sob a responsabilidade do diretor da redação, ele se conforma a um posicionamento no campo da imprensa: profissional (imprensa regional ou nacional, especializada ou generalista, etc.) e político. Sua publicação online implica também que sejam respeitadas certas regras em matéria de tipografia, inserção de intertítulos e hiperlinks, referenciamento pelos motores de busca.

Enquanto no mundo pré-digital as reações imediatas suscitadas pelo artigo teriam sido expressas oralmente e na esfera privada, o dispositivo as coloca em pé de igualdade com o texto normatizado e elas têm acesso ao mesmo público leitor, sem estarem submetidas às mesmas restrições. Enquanto os artigos comentados são obrigados a mobilizar os recursos linguísticos típicos das situações formais, seus comentários recorrem facilmente ao “estilo falado”, a enunciados escritos que exibem traços de oralidade familiar. A esse registro está comumente associado um ethos de franqueza que não deixa de evocar o que Bourdieu, seguindo P. Guiraud, diz do “estilo articulatório” das classes populares: “inseparável de toda uma relação com o corpo dominada pela recusa das ‘maneiras’ ou dos ‘frescuras’ e a valorização da virilidade” (Bourdieu, 1977, p. 31). Pode-se pensar que a grande maioria dos leitores que deixam comentários no site do Figaro não pertence aos meios populares: é o dispositivo de enunciação que os incita a exhibir uma palavra que se quer sem rodeios, onde os afetos podem se libertar.

Ao locutor do artigo, que se dirige implicitamente a um sobredestinatário específico (Bakhtin, 1984, p. 336-337; Moirand, 1988, p. 458), um representante arquetípico da comunidade dos jornalistas legítimos, poder-se-ia opor os “infralocutores” que depositam comentários: pseudônimos, amplamente emancipados das normas da comunicação e de qualquer julgamento de um sobredestinatário institucional. O status dos destinatários do comentário é, de qualquer forma, problemático: não são indivíduos identificados, como na conversação, nem os destinatários modelos implicados por tal ou qual gênero de discurso, mas um conjunto de contornos indefiníveis que é tomado como testemunha de uma enunciação que se quer livre e que o mostra.

L. Calabrese sublinha que nesse tipo de comentário “o discurso dos leitores permanece subordinado ao discurso institucional (o da imprensa)” (2014, p. 15). É inegável, tanto do ponto de vista lógico quanto tipográfico, mas a presença de comentários também tem por efeito inverter a hierarquia, converter o artigo num simples ponto de vista submetido à avaliação por uma coletividade sem rosto que, pelo fato de lhe fazer passar uma espécie de exame, ocupa a posição alta. Essa inversão da hierarquia entre o nobre e o trivial não deixa de lembrar a noção de “carnavalesco” (Bakhtin, 1982). Mas o carnaval só inverte simbolicamente as hierarquias instituídas durante um período limitado, enquanto os comentários acompanham permanentemente o artigo, e seu número aumenta com o tempo.

Essa inversão é reforçada pelo contraste entre a unicidade do autor do texto primeiro e a pluralidade aberta dos comentadores, que formam agregados de pseudônimos sem ancoragem. A esse respeito, basta considerar os nove primeiros do nosso corpus: “commentilest”, “ecusettedenoireuil”, “did.lem”, “Max44”, “boubou001”, “fanfan17”, “ClayZen”, “FredMaduf”, “ChrisBourbon1”... Tantos nomes que designam indivíduos mascarados. Na verdade, é difícil falar de indivíduos mascarados, pois o mesmo indivíduo pode usar vários pseudônimos e um certo número de interventores são, de fato, empregados por instituições (Estados, empresas...) que buscam influenciar a opinião.

A máscara é ambivalente: permite que delinquentes ajam sem serem reconhecidos, mas também permite corrigir injustiças, como exemplifica a figura pseudônima de Zorro, aquela da qual se autoriza implicitamente a imensa maioria dos comentadores. Por uma reviravolta notável, é o autor do artigo, o único que não tem máscara, que facilmente vê atribuir a si uma máscara, a do hipócrita que, devido às restrições de todos os tipos a que está submetido, trairia a verdade. No entanto, diferentemente de Zorro, o comentador não é um solitário heroico: ele faz parte de agregados mais ou menos importantes que tendem facilmente a formar o que se poderia chamar de “matilhas”, de avaliações convergentes. Sobre os 89 locutores do nosso corpus, apenas 2 produzem comentários favoráveis a Mélenchon (5% das intervenções). A multiplicação desses comentários fortemente subjetivos cria uma proximidade intensa e fugaz entre participantes que não se conhecem, sem que, no entanto, emergja o “nós” de um coletivo identificável. A convergência das avaliações favorece o aparecimento de

"pilhas" de enunciados vizinhos. Por exemplo, esta⁸, que contesta o pressuposto contido no título do artigo:

- Estatura de presidencializável, como você vai longe!!! (aware66, 24/09/2020 às 15:31)
- Não a estatura de um Presidente, mas a de um Grande Mufti em terra do Islã ou de um chefe do Hezbollah, sim! fillon (2022-2027-wauquiez2032, 24/09/2020 às 15:32)
- Ele realmente a teve? (Nonos 38, 24/09/2020 às 16:21)
- Ele nunca foi presidencializável... (pouce pousse, 24/09/2020 às 15:57)
- Ele tem estatura de Presidente se quisermos continuar a decadência de nossos últimos presidentes. Antoniete, 24/09/2020 às 15:15)
- Se ele alguma vez a tivesse tido um dia (LIONEL BUGES, 24/09/2020 às 15:02)
- Ah? Por que ele tinha uma, o pescadinha? (eric louis, 24/09/2020 às 14:15)
- Ele nunca foi presidencializável. (Mr Manu Caméléon, 24/09/2020 às 14:14)
- Ele nunca teve essa estatura de presidencializável (Arduf, 24/09/2020 às 14:12).
- Mélenchon nunca teve a estatura de um presidente. (Fleur de provence, 24/09/2020 às 14:10).

3. Uma “textualidade” problemática

Tais "pilhas" são sintomáticas: os comentários justapõem-se, estabelecem muito poucas relações entre si. Os metadados que precisam a identidade do comentador e a hora de sua intervenção não têm, portanto, muito a ver com a indicação do nome dos locutores nas didascálias de uma peça de teatro. Entre os 89 interventores do nosso corpus, apenas 5 deixaram mais de um comentário; entre estes últimos, três intervieram duas vezes e dois cinco vezes, mas não se observa nenhuma troca entre eles. No conjunto do corpus, apenas 2 intervenções tratam de outro comentário, mas sem abrir diálogo; é o caso desta que reage à intervenção de um certo “Hervé Albert”. Longe de abrir uma discussão, dirige-se a uma testemunha invisível.

Lili Malidenet
24/09/2020 às 15:05

⁸ Preservamos a ortografia original dos comentários, com suas “falhas”.

Ora! Os Maduristas da Venezuela também pagam propagandistas de quinta como Hervé Albert!!! Mais dinheiro desperdiçado em vez de ajudar os pobres que fogem deste novo Biafra.

Essa intervenção está separada por 12 comentários daquela de Hervé Albert, que, aliás, não responde. Portanto, é a relação entre os comentários e o artigo que importa. A priori, ela pode se estabelecer em diferentes níveis, conforme o comentário trate sobre:

- (a) as condições de enunciação do artigo (a web, o jornalismo, o Figaro...);
- (b) a qualidade do artigo (sua coerência, o estilo, a pertinência da informação...);
- (c) seu tema (o fato de Mélenchon ter perdido sua estatura de presidencializável), sobre o qual o comentário pode concordar ou não.
- (d) o atante principal, Mélenchon neste caso, e o que a ele está ligado (seu partido, sua doutrina, sua vida privada...).

São os itens (c) e (d) que atraem a grande maioria dos comentários. Quanto aos recursos linguísticos que mobilizam para se agarrar ao artigo, eles privilegiam as ligações diretas, como mostram os inícios das intervenções. Identificam-se, em particular,

- predicacões associadas a sujeito implícito:
 - Islamogauchista (TLelion, 24/09/2020 às 16:18);
 - Extrema-esquerdista-fortementeislamocompatível-multiculturalista e muito rico!... (ecusettedenoireuil, 24/09/2020 às 16:37).
- anáforas pronominais:
 - Ele não liga, ele sabe. Tudo o que ele busca é obter uma base de eleitores suficiente para manter um mandato lucrativo bajulando os islamitas. (wecallittheend, 24/09/2020 às 14:29);
 - Ele se sabotou voluntariamente. É tão mais fácil criticar do que fazer. (boubou001, 24/09/2020 às 16:32).
- anáforas nominiais:
 - Este jornalista só fala da famosa busca movimentada. E as simpatias declaradas de Mélenchon pelos islamitas, sua lamentável cumplicidade na manifestação pró-Islã. Isso não conta para os franceses? (ArthurLot, 24/09/2020 às 15:01);

- Este ditador comunista não tem mais nenhuma chance de chegar ao poder. Que ele vá para Cuba ou para a Venezuela, que ele tanto defende! (wadsonmarc, 24/09/2020 às 14:05).
- retomadas metalinguísticas de uma palavra ou de um grupo sintático:
 - Uma estatura de presidencializável, estamos rindo!!! (DD49, 24/09/2020 às 15:25);
 - Ele nunca teve essa estatura de presidencializável (Arduf, 24/09/2020 às 14:12).

Em nosso corpus, 51% dos “ganchos” se fazem por uma referência a Mélenchon: 26% por uma anáfora pronominal, 10% por um SN com determinante demonstrativo, 15% por predicados dos quais ele é o tema implícito. A conexão entre o artigo e os comentários é, portanto, muito estreita. O uso do determinante demonstrativo com valor depreciativo para designar Mélenchon (“esse ditador comunista”, “esse cara”...), mas também o jornalista (“esse jornalista”, “esse freelancer”...) é revelador: o distanciamento do artigo anda de par com uma proximidade com terceiros; ocorre uma dupla encenação: o artigo é oferecido ao olhar dos comentadores, e cada comentador dá espetáculo de sua própria enunciação, especialmente quando há um forte contraste entre seu registro “falado” e o registro de escrita formal a que pertence o artigo. Esse tipo de relação entre texto e comentários mostra melhor sua especificidade se o compararmos com aqueles estudados por I. Mayeur, que se apresentam como textos canônicos cujo modelo regulador é uma oralidade “escrita”, a das intervenções após uma comunicação num colóquio. Não se encontra, portanto, ali, a tomada de testemunha dos espectadores, mas na maioria das vezes uma interpelação direta ao autor do artigo, ou às vezes um comentário objetivante (“este artigo me parece...”). A tendência que têm os comentadores do nosso corpus de não elaborar textos autônomos, mas de pendurar reações ao texto comentado, tem evidentes consequências sobre a extensão dos comentários, calculada em número de palavras⁹. Eles são, em geral, muito curtos, como se pode ver nesta tabela.

Extensão das intervenções	Número de intervenções	Pseudos
Entre 1 e 10	23	

⁹ Foram contadas apenas as palavras do comentário, não os pseudônimos nem as indicações de data e hora.

Extensão das intervenções	Número de intervenções	Pseudos
Entre 10 e 20	34	
Entre 20 e 30	13	
Entre 30 e 40	11	
Entre 40 e 50	4	
50-60	5	
60-70	3	
70-80	2	
80-90	0	
90-100	0	
100-200	3	Hervé Albert (2) Patin-Couffin (1)
200-300	2	Hervé Albert
Total	100	

As cinco intervenções que ultrapassam 100 palavras, as de Hervé Albert (151, 220, 235 e 161 palavras) e a de Patin-couffin (139 palavras), nitidamente mais curta, na verdade não comentam o artigo, mas desenvolvem suas próprias temáticas. Estamos muito longe dos comentários que se encontram no site *Hypothèses*.

Hervé Albert não se destaca apenas por produzir longos comentários didáticos, mas também por defender posições de extrema-esquerda através de uma análise densa de

conceitos extraídos do marxismo. A título de ilustração, eis o início de seu segundo comentário:

O velho Marx explicava que a classe dominante domina precisamente porque consegue fazer passar seus interesses de classe como interesse geral, bombardeiam-nos com a ideia de que não há outras alternativas ao liberalismo, este dogma econômico preferido dos ricos. A necessidade de denunciar esse liberalismo é, no entanto, ainda maior do que nos anos passados (...) (Herve albert, 24/09/2020 às 14:41)

Na verdade, seus quatro comentários são um só; ele apenas dividiu seu texto em quatro pedaços que enviou em 24/10/2020 às 14h40, 14h41, 14h42, 14h43. O primeiro, por exemplo, analisa a política dos EUA em relação à América Latina e ao Oriente Médio. Cabe ao leitor ativar sua competência enciclopédica para estabelecer uma ligação com Mélenchon. Essa vontade de produzir comentários que se apresentam como textos canônicos é uma maneira de mostrar que ele se opõe à matilha, que "o velho Marx" tem razão contra "o liberalismo". Seus longos textos argumentados visam implicitamente mostrar que os outros comentadores estão submetidos aos seus afetos e cegos pela ideologia.

O problema é que nada permite afirmar que os comentadores do artigo sobre Mélenchon seriam incapazes de produzir intervenções argumentadas comparáveis às de Hervé Albert ou às que se encontram nos cadernos de pesquisa do *Hypothèses*. É o dispositivo desse tipo de comentário que favorece o aparecimento de enunciados que mantêm uma relação duplamente problemática com a textualidade do texto: contestando o texto comentado através de enunciados que tendem a não constituir textos.

3. Conclusão

Para sublinhar o distanciamento entre texto e webtexto, o esfacelamento da autoridade do texto, evoquei a prática do comentário. Ela se soma ao duplo descentramento que faz do webtexto ao mesmo tempo uma encruzilhada e um objeto manipulável. Esse webtexto, por sua vez, está submetido a uma "flutuância" generalizada, pelos ambientes nos quais está imerso: o site onde ele figura é apenas um nó no espaço aberto da web, que por sua vez está conectado à vasta rede das comunicações digitais onde, nos smartphones e tablets, circulam – ao lado das imagens ou dos sons – enunciados que não pertencem às restrições de coesão e coerência que geralmente se associam à noção de texto. Nesse imenso espaço, o webtexto é, ele próprio, cercado por webtextos

“aproximativos”, que mantêm uma relação problemática com a norma, tanto no plano da ortografia quanto da expressão.

Há aí matéria para alimentar a desconfiança em relação ao universo digital. Alguns vão, assim, sublinhar os efeitos nefastos, do ponto de vista ético e cognitivo, da contestação da autoridade do texto. Outros, ao contrário, colocam em contraste a “pobreza” e a “rigidez” do texto canônico e os recursos inéditos que a comunicação digital ofereceria em matéria de produção, arranjo, tratamento e circulação dos signos. Mas por mais que se sublinhe o distanciamento entre mundos pré-digital e digital, é difícil, por enquanto, imaginar um além do texto: um webtexto se apresenta como um texto, mesmo que o sistema do qual participa solape seus alicerces. “As categorias se embaralham sem, no entanto, desaparecer”, escreve L. Calabrese (2014, p. 29). Situação eminentemente desconfortável, onde o texto é afastado de seu trono, mas onde seu fantasma continua a assombrar a web.

Referências

ADAM, Jean-Michel. Postface. Le texte est-il soluble dans le textiel ?, *Corela* [Online], HS-33 | 2020. Disponível em : <http://journals.openedition.org/corela/11938>.

ADAM, Jean-Michel & LUGRIN, Gilles. L’hyperstructure : un mode privilégié de présentation des événements scientifiques? *Les Carnets du Cediscor*, 6, p. 133-149, 2000.

ADAM, Jean-Michel & Jean-Marie VIPREY. Corpus de textes, textes en corpus. Problématique et présentation , *Corpus*, 8, pp. 5-25, 2009.

BAKHTINE, Mikhail. *François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, Paris, Gallimard, 1982.

BAKHTINE, Mikhail. *Esthétique de la création verbale*, Paris, Gallimard, 1984.

BARATS, Christine. (org.) *Manuel d'analyse du web*, Paris, Armand Colin, 2012.

BOURDIEU, Pierre. L'économie des échanges linguistiques, *Langue française*, 34, p. 17-34, 1977.

CALABRESE, Laura. Rectifier le discours d'information médiatique: quelle légitimité pour le discours profane dans la presse d'information en ligne? *Les Carnets du Cediscor* 12, 2014, Disponível em: <http://cediscor.revues.org/916>.

GUIRAUD, Pierre. *Le français populaire*, Paris, PUF, 1965.

GROSSE, Ernst Ulrich & SEIBOLD, Ernst, *Panorama de la presse parisienne*, Berlin, Peter Lang, 1996.

HOWARD, Robert Glenn. Toward a theory of the World Wide Web vernacular: The case for pet cloning, *Journal of Folklore Research*, 42, 3, p. 323-360, 2005.

JEANNERET, Yves, BEGUIN, Annette, COTTE, Dominique, LABELLE, Sarah, PERRIER, Valérie, QUINTON, Philippe, SOUCHIER, Emmanuel (2003), "Formes observables, représentations et appropriation du texte de réseau", in SOUCHIER, Emmanuel, JEANNERET, Yves, LE MAREC, Joëlle (orgs.). JEANNERET, Yves, SOUCHIER, Emmanuel. L'énonciation éditoriale dans les écrits d'écran, *Communication & Langages*, 145, p. 3-15, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. Genres de discours et web: existe-t-il des genres web? In: Christine BARATS (org.), *Manuel d'analyse du web*, Paris, Armand Colin, p. 74-93, 2012.

MAYEUR, Ingrid. Quand le discours de savoir se fait technodiscours. Hypertextualité, commentaires et unité textuelle du billet scientifique, *Corela*, 2020, Disponible em: <http://journals.openedition.org/corela/11876>.

MAYEUR, Ingrid, PAVEAU, Marie-Anne. Présentation. Les devenirs du texte numérique natif, *Corela*, 2020, Disponible em: <http://journals.openedition.org/corela/11749>.

MOIRAND, Sophie. *Une histoire de discours*, Paris, Hachette, 1988.

ONG, Walter. *Orality and Literacy: The Technologizing of the Word*, Londres e Nova York, Routledge, 1982.

PAVEAU, Marie-Anne. En naviguant en écrivant. Réflexions sur les textualités numériques. In: Jean-Michel ADAM (org.), *Faire texte. Unité(s) et (dis)continuité*, Besançon, PUFC, p. 339-355, 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. *L'Analyse du discours numérique*, Paris, Hermann, 2017.

SOUCHIER, Emmanuel. L'écrit d'écran, pratiques d'écriture & informatique, *Communication & langages*, 107, p. 105-119, 1996.

SOUCHIER, Emmanuel. L'image du texte. Pour une théorie de l'énonciation éditoriale, *Cahiers de médiologie*, 6, p. 137-145, 1998.

SOUCHIER, Emmanuel. Du document numérique au textiel, *Communication & langages*, 140, p. 3-8, 2004.

SOUCHIER, Emmanuel, JEANNERET, Yves, LE MAREC, Joëlle (orgs.) *Lire, écrire, récrire*, Paris, Bibliothèque publique d'information, 2003.